

Demonstrações Contábeis

Confederação Brasileira de Remo

em 31 de dezembro de 2018.

Com relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis

ÍNDICE

- I. Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis.

- II. Demonstrações Contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2018.
 - a. Balanço patrimonial
 - b. Demonstração de superávit (déficit)
 - c. Demonstração das mutações do patrimônio social
 - d. Demonstração do Fluxo de Caixa

- III. Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2018.

I – RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Aos

Administradores da

Confederação Brasileira de Remo.

Rio de Janeiro - RJ

Opinião com ressalva

Examinamos as demonstrações contábeis da Confederação Brasileira de Remo, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do superávit(déficit), das mutações do patrimônio social e dos fluxos de caixa para o exercício findo nesta data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos dos assuntos descritos na seção a seguir intitulada “base para opinião com ressalva” as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Confederação Brasileira de Remo em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nesta data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base da Opinião com ressalva

Conforme mencionado na Nota Explicativa n. º 3.3, a entidade deprecia os bens do ativo imobilizado de acordo com as taxas fiscais de depreciação determinadas pela Secretaria da Receita Federal - SRF. O pronunciamento técnico CPC 27 – “Ativo imobilizado” requer que a depreciação seja calculada com base em taxas que levam em conta a expectativa de vida útil dos bens. Adicionalmente, a entidade não tem controle individual sobre os bens registrados no ativo imobilizado. Existe também doação de barcos recebidas após campeonato pan-americano cujos barcos estão em posse e responsabilidade da Confederação, porém não estão reconhecidos no balanço da entidade. Conseqüentemente, não nos foi possível obter evidência de auditoria apropriada e suficiente em relação aos saldos do ativo imobilizado, bem como da depreciação em 31 de dezembro de 2018, com saldo líquido de imobilizado de R\$ 1.700,941,62.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção e seguir intitulada “ Responsabilidade do Auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em Relação a Confederação de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no

código de ética Profissional e nas Normas Profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC e cumprimos as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidencia de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações Contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza significativa em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à

capacidade de continuidade operacional da Confederação. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.
- Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar consideravelmente nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.
- Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente, e que, dessa maneira constituem os principais assuntos de auditoria.
- Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Porto Alegre, 24 de Abril de 2019.
Arruda & Matos Auditores Associados S/S.
CRCRS 004663/O-8

Fabricio Matos de Matos
Contador – CRC-RS 70630-O
CNAI/RS - 4126
Sócio Responsável

**II - DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS ENCERRADAS EM
31 DE DEZEMBRO DE 2018.**

CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE REMO
CNPJ: 30.276.570/0001-70

Balanças patrimoniais
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
Expresso em Reais

ATIVO

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
CIRCULANTE	2.132.394	2.131.789
Caixa e Equivalentes de Caixa Nota 3.1	2.132.394	2.131.081
Valores a Realizar	1.546	708
Adiantamento a Terceiros Nota 3.2	1.546	708
CRÉDITOS A RECEBER	1.687	-
IRRF a Recuperar	1.687	-
 NÃO CIRCULANTE	 1.716.353	 1.789.173
Depósito Judiciais	15.412	-
Imobilizado Líquido Nota 3.3	1.700.941	1.789.173
<i>Imobilizado</i>	2.313.240	2.284.849
<i>Depreciações e amortizações</i>	(612.299)	(495.676)
 TOTAL DO ATIVO	 3.851.981	 3.920.962

CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE REMO
CNPJ: 30.276.570/0001-70

Balanças patrimoniais
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
Expresso em Reais

PASSIVO

		<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
CIRCULANTE		682.925	547.063
Obrigações Sociais	Nota 3.4	48.148	40.290
Obrigações Tributárias		33.278	27.740
Provisão trabalhista		117.680	102.828
Adiantamentos COB	Nota 4.1	268.670	199.076
Adiantamentos CPB	Nota 4.1	74.520	79.179
Contas a Pagar		78.247	68.592
Provisão para Contingências	Nota 4	29.358	29.358
Recursos Correntes		33.024	-
PATRIMÔNIO SOCIAL	Nota 5	3.169.055	3.373.898
Superávit Acumulado		2.537.279	2.537.279
Déficit Acumulado		(933.749)	(728.906)
Superávit ou Déficit do exercício		1.565.525	1.565.525
TOTAL DO PASSIVO		3.851.981	3.920.962

CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE REMO

CNPJ: 30.276.570/0001-70

Demonstrações dos resultados
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
Expresso em Reais

		<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
RECURSOS		3.328.615	4.026.620
Lei Agnelo Piva – COB		2.311.575	2.592.381
Lei Agnelo Piva – CPB		1.017.040	1.097.639
Patrocínios (Petrobras)		-	336.600
OUTRAS RECEITAS	Nota 6	131.954	131.611
Taxa de transferência de atletas		12.390	29.422
Taxa Inscrição Atletas		86.745	102.189
Outras Receitas		7.066	-
Receitas de aluguel		25.753	-
DOAÇÕES		20.038	1.190.376
Doações Condicionais	Nota 6.1	20.038	1.190.376
(-) DEVOLUÇÕES		(25.376)	(14.620)
Devoluções Lei Piva COB		(24.630)	(14.620)
Devoluções Lei Piva CPB	Nota 6.2	(746)	-
RESULTADO FINANCEIRO		39.318	218.485
Receitas Financeiras		47.199	229.976
Despesas Financeiras		(7.881)	(11.490)
(=) TOTAL RECURSOS/RECEITAS		3.494.549	5.5552.472
(-) DESPESAS OPERACIONAIS		3.699.392	3.986.948
Despesas Recursos Lei Agnelo Piva – Cob		2.606.059	2.646.197
Despesas Recursos Lei Agnelo Piva – CPB		790.294	855.033
Despesas Recursos Próprios		303.039	485.717
(=) SUPERAVIT/ DÉFICIT DO EXERCICIO		(204.843)	1.565.525

CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE REMO

CNPJ: 30.276.570/0001-70

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Social
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

Expresso em Reais

DISCRIMINAÇÃO	Superávit Acumulado	Déficit Acumulado	Superávit do Exercício	TOTAL DO PATRIMÔNIO SOCIAL
Saldo em 31/12/2016	2.537.279	(728.906)	-	1.808.373
Superávit do Exercício	-		1.565.525	1.565.525
Ajuste de Exercícios Anteriores				-
Saldo em 31/12/2017	2.537.279	(728.906)	1.565.525	3.373.898
Superávit do Exercício		(204.843)		(204.843)
Ajuste de Exercícios Anteriores	-			-
Saldo em 31/12/2018	2.537.279	(933.749)	1.565.525	3.169.055

CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE REMO

CNPJ: 30.276.570/0001-70

Demonstrações dos Fluxos de Caixa

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

Expresso em Reais

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Superávit/(Déficit) do exercício	(204.842)	1.565.525
AJUSTES PARA CONCILIAR O superávit (déficit) do exercício e o caixa proveniente das atividades operacionais:		
- Depreciação e amortização	116.622	102.067
- Ajustes Exercícios anteriores	-	-
Variações no ativo		
Aumento Valores a receber	(17.938)	368.556
Variações no passivo		
Encargos Sociais	7.858	(1.561)
Tributos a Recolher	5.538	13.971
Obrigações c/ Pessoal	9.655	(19.139)
Provisões	14.852	(103.083)
Adiantamentos COB/CPB	64.934	(83.670)
Obrigações com Patrocinadores	33.024	(336.600)
Outros Passivos Circulantes	-	-
Outros Passivos Não Circulantes	-	-
DISPONIBILIDADES LÍQUIDAS GERADAS PELAS (APLICADAS NAS) ATIVIDADES OPERACIONAIS	<u>29.704</u>	<u>1.506.067</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
Aquisições de bens do imobilizado	(28.391)	(1.286.390)
DISPONIBILIDADES LÍQUIDAS APLICADAS NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	<u>(28.391)</u>	<u>(1.286.390)</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS		
Pagamento de empréstimos e financiamentos	-	-
DISPONIBILIDADES LÍQUIDAS GERADAS PELAS (APLICADAS NAS) ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS	<u>-</u>	<u>-</u>
AUMENTO (REDUÇÃO) EM CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	<u>1.313</u>	<u>219.676</u>
DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES EM CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		
Saldo inicial das disponibilidades	2.131.081	1.911.404
Saldo final das disponibilidades	2.132.394	2.131.081
AUMENTO (REDUÇÃO) EM CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	<u>1.313</u>	<u>219.677</u>

**III – NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS ENCERRADAS EM 31 DE
DEZEMBRO DE 2018.**

CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE REMO

CNPJ: 30.276.570/0001-70

Notas Explicativas

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018

NOTA 01 - Contexto Operacional

A confederação Brasileira de Remo, designada pela sigla CBR, sociedade civil de direito privado, de caráter exclusivamente desportivo, possui personalidade jurídica e patrimônios próprios, é uma entidade sem fins lucrativos com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro – CNPJ – 30.276.570/0001-70.

NOTA 02 - Apresentação das demonstrações contábeis

A Confederação Brasileira de Remo elaborou suas demonstrações contábeis com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil, que levam em considerações os pronunciamentos emitidos pelo CPC.

Sumário das Principais Práticas Contábeis e Demonstrações

A Confederação elaborou suas demonstrações contábeis com base nos pronunciamentos emitidos pelo CFC, e os documentos apresentados contabilizados em conformidade com a legislação vigente.

NOTA 03 – Resumo das Principais Práticas Contábeis

NOTA 3.1 – Caixa e Equivalência de Caixa

Incluem numerários em espécie, depósitos bancários e aplicações de liquidez imediata, conforme demonstrado abaixo:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Caixa	7.963	4.879
Banco C/Movimento	47.299	149.204
Aplicação Liquidez Imediata	2.082.364	1.976.997
Total	2.132.393	2.131.080

NOTA 3.2 – Adiantamento de Terceiros

O saldo de R\$ 1.546, 14, terá sua recomposição em janeiro de 2019, tendo o valor sido depositado na conta da CBR.

NOTA 3.3 – Imobilizado

Demonstrado ao custo de aquisição ou formação, deduzido pela depreciação dos bens, que é calculada pelo método linear às taxas anuais conforme legislação fiscal do Brasil.

A composição do Imobilizado é a seguinte:

Conta	Custo (R\$)	Depreciação acumulada. em R\$	Imobilizado Líquido 31/12/18	Taxa anual
Móveis e Utensílios	83.101	- 83.101	-	10%
Instalações	42.809	- 32.796	10.013	20%
Computadores, Software e Similares.	65.226	- 60.901	4.325	20%
Aparelhos de Comunicação	1.342	- 1.342	-	10%
Máquinas e Acessórios	110.377	- 40.391	69.986	10%
Troféus, Quadros e Medalhas.	13.305	- 13.305	-	10%
Embarcações e Remos	645.092	- 267.339	377.753	10%
Embarcações e Remos Doação	1.190.376	- 109.118	1.081.258	5%
Bens Adquiridos no Exterior	141.575	-	141.575	5%
Veículos	20.038	- 4.008	16.031	
Total	2.313.240	- 612.299	1.700.941	

NOTA 3.4 – Obrigações Sociais Fiscais e Trabalhistas

Referem-se substancialmente a encargos e contribuições a recolher com os valores refletidos até a data do balanço.

Contribuições e taxas a recolher	2018	2017
INSS a Recolher	39.759	35.228
FGTS a recolher	8.390	5.062
Total	48.149	40.290

NOTA 4 - Provisões para Contingências Trabalhistas

A Confederação é parte integrante em processos judicial de natureza trabalhista surgido no curso normal de suas atividades. A provisão de contingências constituída são registradas em relação àquelas causas, considerada como perdas prováveis, não tendo movimentação no ano de 2018 segundo informação do jurídico e da entidade permanecendo assim o mesmo saldo do ano anterior que totalizam R\$ 29.358,43 (vinte e nove mil, trezentos e cinquenta e oito reais e quarenta e três centavos).

NOTA 4.1 – Adiantamentos COB e CPB – Projetos em Execução

Saldo dos recursos em andamento, objetivando facilitar os controles de projetos não utilizados no exercício.

	Saldo em 31/12/2018
Adiantamentos COB - Projetos em execução	268.670
Adiantamentos CPB – Projetos em execução	74.520

NOTA 5 – Patrimônio Social

O Patrimônio social da Confederação é Constituído com os resultados acumulados nos períodos, acrescido pelo resultado apurado com os valores inerentes a atividade da Confederação ao termino do exercício social.

NOTA 6 – Outras Receitas

Refere-se a taxas de transferência de atletas, taxas de inscrições em eventos, receitas financeiras, e aluguel de barcos para eventos esportivos.

NOTA 6.1 – Doações Condicionais

Refere-se a doação de veículo a Confederação Brasileira de Remo pelo Comitê Olímpico Brasileiro através do documento Detran na data de 22/03/2017, no valor de R\$ 20.038,48 (vinte mil, trinta oito reais e quarenta oito centavos), reconhecido apenas no ano de 2018.

NOTA 6.2 - Devoluções

As devoluções são saldos não utilizados de projetos e constituem créditos a disposição da CBR sem vinculação com o exercício fiscal, sendo creditados em exercícios subsequentes, a partir da aprovação da respectiva prestação de contas do COB.

NOTA 6.3 – Despesas Recursos Próprios

As despesas incorridas durante o exercício constante nas Demonstrações do Resultado na rubrica - **Despesas Operacionais**

	(R\$)
Despesas Recursos Próprios	303.039
Despesas Com Depreciação	116.622
Despesas Tributárias	21.600

NOTA – 7 Demonstração dos fluxos de caixa

O método de apresentação da DFC é o método indireto, foi elaborado para o período de 2018 com a finalidade de melhor informação.